

Apresentação à *Carta ao marquês de Mirabeau**

Para surpresa de Rousseau, a publicação do *Emílio* e do *Contrato social* em 1762 desencadeou uma onda de perseguições contra ele. Uma ordem de *prise-de-corps* foi emitida pela Monarquia francesa e Rousseau teve de trocar a pacata e prolífica estada em Montmorency, nos arredores de Paris, pela vida errante de um foragido. Nobres progressistas e burgueses esclarecidos admiravam o Cidadão de Genebra, autor do eloqüente ensaio *Discurso sobre as ciências e as artes* e do comovente romance *A nova Heloísa*, o maior sucesso editorial do século. Recebido de braços abertos por alguns e com desconfiança por outros, viu-se obrigado a se deslocar por todo canto da Europa.

Um de seus inúmeros anfitriões foi o marquês de Mirabeau, o “amigo dos homens”, que se esforçou em cooptar o mais popular de todos os escritores de então para a fisiocracia⁽¹⁾, teoria que propunha reformas na Monarquia francesa. Os fisiocratas descobriram as leis do direito natural aplicado, ou economia, que a seu ver eram leis naturais independentes das leis políticas. Para eles, se a riqueza de um país aumenta com sua capacidade produtiva, então convém que a organização política favoreça a produção, isto é, as leis políticas precisam usar as leis naturais da economia para aumentar a riqueza do Estado. Defendiam um “despotismo legal”, eram contra o luxo, que enfraqueceria os espíritos, e queriam um governo forte e esclarecido que apoiasse decisivamente a indústria, a agricultura e o comércio: um povo trabalhador e obediente dirigido por uma elite rica e esclarecida. Mirabeau acreditava que

* Apresentação de Ricardo Monteagudo.

as idéias de Rousseau eram compatíveis com a fisiocracia e remeteu-lhe vários livros para que os lesse e analisasse.

Na carta abaixo⁽²⁾, Rousseau mostra que discorda desde o princípio dos fisiocratas e por isso mal acompanha seus argumentos. Numa palavra, o direito natural adquire outro estatuto com a sociabilização do homem, o contrato social⁽³⁾. Economia e política têm as mesmas variáveis, são interdependentes. Não é possível assentar uma fonte de poder na economia baseada na propriedade, e outra na política baseada no governo. Essa duplicidade é ilusória: a fonte de poder é a lei oriunda do povo. O poder político só estará bem distribuído se o poder econômico também o estiver. Caso contrário, que se concentrem ambos. Todavia, exemplos históricos mostram que tal concentração de poder é completamente inadequada aos homens: “os Calígulas, os Neros” (os Hitlers, os Stálin — o totalitarismo no século XX não é exceção). O que Deus é para a natureza não convém aos homens no Estado, pois há uma razão, mas há muitos homens, muitos entendimentos e muitos interesses. Dessa forma, a outra solução restante é a “mais austera democracia”, o único meio de fazer com que os conflitos convirjam para o diálogo, luta retórica, e, daí, para o interesse comum e para a lei. Ora, há talvez um valor moral envolvido: é mais importante que os homens sejam virtuosos e fortes do que ambiciosos e ricos.